

**PROCESSO CPL SEBRAE/PI Nº 24/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015 – SEBRAE/PI**

O SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO PIAUÍ - SEBRAE/PI, inscrito no CNPJ/MF nº 06.665.129/0001-03, através da Comissão Permanente de Licitações - CPL (designada pela Portaria nº 001 de 07 de janeiro de 2015) torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** conforme condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos. O Pregão será regido por este edital e pelos seguintes instrumentos:

- Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE, conforme Resolução CDN n.º 213/11 de 18 de maio de 2011;
- Lei Complementar nº 123/2006.

A sessão pública de abertura do Pregão será às 16:00 horas do dia 17 **de setembro de 2015**, na sala de licitações do Edifício Sede do SEBRAE/PI em Teresina - Piauí.

Maiores informações poderão ser solicitadas ao SEBRAE/PI, somente por escrito, através do e-mail: pi-licitacao@pi.sebrae.com.br, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitações, até 2 (dois) dias úteis antes da data prevista para a sessão pública de recebimento dos envelopes.

O edital pode ser retirado gratuitamente no Portal do SEBRAE/PI na internet, www.pi.sebrae.com.br, ou na sala de licitações da sede do SEBRAE/PI, em Teresina (o interessado deverá portar mídia para gravação do arquivo).

1. DO OBJETO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Contratação de prestação de serviços de vigilância e segurança desarmada 24h para os eventos : Semana de Capacitação do Movimento Compre do Pequeno Negócio e do Evento Mercado Produtor,

2. DOS QUESTIONAMENTOS E IMPUGNAÇÃO

Questionamentos poderão ser encaminhados ao SEBRAE/PI, somente por escrito, pelo endereço de e-mail: pi-licitacao@pi.sebrae.com.br, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitações, até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, ficando de já avisados os interessados que as respostas aos possíveis questionamentos serão disponibilizadas no site do SEBRAE/PI na internet, www.pi.sebrae.com.br.

Este edital poderá ser impugnado, no todo ou em parte, até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura desta licitação, estabelecida no preâmbulo.

As impugnações serão dirigidas à Comissão Permanente de Licitações e devem ser feitas por escrito e protocoladas. As possíveis impugnações deverão ser entregues no SEBRAE/PI obrigatoriamente em mídia impressa e digital.

As repostas aos questionamentos e impugnações serão divulgadas no site www.pi.sebrae.com.br.

Só terão validade os esclarecimentos sobre o conteúdo deste edital que forem prestados, por escrito, pela Comissão Permanente de Licitações.

Não impugnado o ato convocatório preclui toda a matéria nele constante.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Poderão participar desta licitação as empresas legalmente constituídas no país, operando nos termos da legislação vigente, cuja finalidade e o ramo de atuação estejam ligados ao objeto desta licitação e que atendam integralmente às exigências deste Edital e seus anexos.

A participação nesta licitação implica na aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste edital.

É vedada a participação na licitação de empresas que:

Tenham em seu quadro dirigente ou empregado do Sistema SEBRAE, bem como ex-empregados até 6 (seis) meses após a sua demissão;

Atuem em consórcio;

Estejam em processo de falência;

Estejam cumprindo suspensão por qualquer uma das entidades do Sistema SEBRAE.

4. DOS ENVELOPES

Os documentos constantes em cada um dos envelopes deverão ser entregues PREFERENCIALMENTE colados e com páginas numeradas, e OBRIGATORIAMENTE em envelopes distintos, colados, opacos, trazendo na sua parte frontal externa as seguintes informações:

Envelope Nº 1 - PREGÃO SEBRAE/PI Nº 16/2015

Conteúdo: PROPOSTA DE PREÇOS E CREDENCIAMENTO

Dados da licitante: RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO, TELEFONE, E-MAIL DE CONTATO E CNPJ.

Envelope Nº 2 - PREGÃO SEBRAE/PI Nº 16/2015

Conteúdo: HABILITAÇÃO

Dados da licitante: RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO, TELEFONE, E-MAIL DE CONTATO E CNPJ.

5. CONTEÚDO DO ENVELOPE Nº 1 PROPOSTA DE PREÇOS E CREDENCIAMENTO

5.1. DA PROPOSTA DE PREÇOS

A proposta de preços elaborada pela licitante deverá ser datada, digitada ou datilografada em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, devidamente assinada pelo representante legal da licitante.

5.1.1 O prazo de validade mínimo da proposta será de 60 (sessenta) dias contados da data estipulada para abertura da licitação, o qual, se maior, deverá ser explicitado na proposta.

5.1.2 Caso a proposta não indique o prazo de validade, fica estabelecido que será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias.

5.1.3 As propostas de preços deverão estar acompanhadas da planilha de formação de custos.

5.1.4 A licitante classificada em primeiro lugar durante a fase de lances deverá ser solicitada a apresentar os memoriais de cálculos utilizados na formulação da planilha final, com vistas à análise de exeqüibilidade dos preços por parte da CPL.

5.1.5 Serão desclassificadas propostas que apresentem preços irrisórios ou considerados inexecutáveis após a verificação da planilha final corrigida e acompanhada das memórias de cálculo.

Parágrafo Único: as propostas deverão apresentar detalhadamente as especificações e ainda contemplar todos os custos e encargos para atendimento das especificações exigidas no ANEXO I, sendo expressa em moeda corrente nacional (Real), com até duas casas após a vírgula (R\$ 0,00), com assinatura e identificação do(s) representante(s) legal(is) da licitante.

5.2 DOCUMENTOS PARA O CREDENCIAMENTO

Para manifestar-se em seu nome durante as fases do procedimento licitatório, as licitantes poderão credenciar um representante, através da apresentação da documentação abaixo, dentro do envelope N° 1 – PROPOSTA DE PREÇO E CREDENCIAMENTO e obedecendo aos seguintes critérios:

Sendo o representante legal:

- a) Cédula de identidade (cópia autenticada);
- b) Prova de registro, no órgão competente, no caso de empresário individual (cópia autenticada);
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, acompanhado de suas alterações posteriores (cópia autenticada);
- d) Ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente, na hipótese de terem sido nomeados ou eleitos em separado (cópia autenticada).

Sendo procurador da licitante:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, acompanhado de suas alterações posteriores (cópia autenticada).
- b) Apresentar original de instrumento público ou particular de procuração, específico para o PREGÃO 16/2015 – SEBRAE/PI, com firma reconhecida em cartório, concedendo poderes inclusive para formulação de ofertas e lances verbais em processos de licitação;
- c) Cópia autenticada de Documento com foto que comprove a identidade do procurador.

Os documentos de credenciamento deverão ser entregues à Comissão Permanente de Licitações, dentro do envelope N.º 1 e não serão devolvidos, ficando retidos como parte integrante do processo. Apenas o documento de identidade do representante, poderá ser apresentado fora do envelope, sendo que este não ficará retido com o processo.

Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir no procedimento licitatório e a responder em nome da representada por todos os atos e efeitos previstos neste edital.

É vedada a representação de mais de uma empresa por uma mesma pessoa.

O não credenciamento de representante impedirá qualquer pessoa presente de se manifestar e responder pela licitante, sem prejuízo do direito de oferecimento dos envelopes de habilitação e proposta.

Fica assegurada às licitantes, a qualquer tempo, mediante juntada dos documentos previstos neste item, a indicação ou substituição do seu representante junto ao processo.

6. CONTEÚDO DO ENVELOPE Nº 2 HABILITAÇÃO

6.1. DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

Para habilitação na presente licitação serão exigidas dos licitantes as documentações constantes nos itens: habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômica financeira e regularidade fiscal.

6.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente;
- b) ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente, na hipótese de terem sido nomeados ou eleitos em separado.

6.1.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Documentos comprobatórios de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação através da apresentação de 01 (um) ou mais atestado (ou declaração) de capacidade técnica em nome do licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado em entidade profissional competente em conformidade com a alínea "a".
 - b) O(s) atestado(s) apresentado(s) dever(ao) conter as seguintes informações:
 - b.1) Ser apresentado em papel timbrado da empresa, constando nome completo e cargo, do signatário;
 - b.2) Informar o objeto e a descrição do serviço realizado conforme solicitado na alínea "a";
- b) Comprovação de que recebeu os documentos e de que tomou conhecimento de todas as condições do instrumento convocatório, através do preenchimento do Termo de Declaração Constante do anexo III (deverá ser anexado ao envelope **"1" PROPOSTA DE PREÇO**);
- c) Autorização para funcionamento, em nome da licitante, emitido pelo Ministério da Justiça, com validade na data da abertura das propostas, nos termos do inciso X, artigo 20 da Lei Federal n. 7.102 de 20/07/1983, com alterações introduzidas pelas Leis Federais n. 8863/94 e 9.017/95, e regulamentada pelo Art. 32, § 7º, do Decreto Federal n. 1.592/95 e, ainda, conforme a Portaria n. 387 de 28/08/06 do Departamento de Polícia Federal/Ministério da Justiça (DPF/MJ).

- d) Certificado de Segurança atualizado, emitido pelo DPF/MJ, certificando que a empresa foi fiscalizada e está em condições técnicas para prestar os serviços.
- e) Alvará expedido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí.
- f) Documentações complementares

6.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. O balanço será avaliado por meio de obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), de Solvência Geral (SG) e de Liquidez Corrente (LC), maiores que um (>1), resultante da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo})}{(\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})}$$

$$SG = \frac{(\text{Ativo Total})}{(\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

a1) A licitante com menos de um ano de existência, que ainda não tenha balanço, deverá apresentar demonstrações contábeis envolvendo seus direitos, obrigações e patrimônio líquido relativos ao período de sua existência, avaliados através da obtenção de Índice de Solvência (S) maior ou igual a um (≥ 1), conforme fórmula abaixo:

$$S = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante}}$$

a2) A licitante que optou pela Declaração Simplificada de Rendimentos e Informações deverá comprovar a qualificação econômico-financeira mediante a apresentação de cópia autenticada encaminhada à Receita Federal, referente ao último exercício.

a3) Os índices de que tratam o subitem "a" deste item, serão calculados e apresentados pela licitante e confirmados pelo responsável por sua contabilidade, mediante sua assinatura e a indicação do seu nome e do número de registro no Conselho Regional de Contabilidade, sendo que estarão sujeitos a diligências e conferências por parte da CPL.

a4) Para efeito de comprovação deverão ser apresentadas as demonstrações contábeis referentes ao exercício fiscal do ano 2014.

b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

c) Patrimônio líquido mínimo não inferior a 10% (dez por cento) do valor anual estimado para a contratação, a qual será exigida somente no caso de a licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral.

6.1.4. REGULARIDADE FISCAL

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) emitido pelo site da Receita Federal;

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) prova de regularidade para com a fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, no cumprimento dos encargos instituídos por lei.

6.1.5. DISPOSIÇÕES GERAIS

Toda a documentação apresentada deverá estar dentro do prazo de validade e em nenhuma hipótese será permitida a apresentação de protocolos em substituição aos documentos exigidos.

Os documentos deverão ser apresentados em fotocópias autenticadas por tabelião de notas. O Pregoeiro e a equipe de Apoio não autenticarão documentos.

7. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

No dia, hora e local indicados no preâmbulo deste edital, o pregoeiro dará início à reunião desta licitação com o recebimento dos envelopes N° 1 e 2.

Os envelopes também poderão ser encaminhados pelo correio, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitações, no endereço citado no preâmbulo. Neste caso o licitante se responsabiliza pelo risco de atrasos e/ou extravios não cabendo ao SEBRAE/PI qualquer tipo de responsabilidade pelos documentos.

O pregoeiro chamará à mesa os representantes legais das licitantes, para rubricarem os envelopes n° 2, que ficarão retidos até sua abertura ou devolução, após encerramento completo do processo.

8. DO PROCEDIMENTO DAS REUNIÕES

8.1 Os envelopes recebidos serão abertos pela Comissão Permanente de Licitações observando-se o seguinte procedimento:

a) A primeira fase consistirá na abertura do envelope n° 01, contendo a Proposta de Preço e Credenciamento, e na avaliação dos mesmos.

b) O credenciamento deverá ser conferido pela Comissão Permanente de Licitação - CPL, que os rubricará juntamente com os representantes das licitantes, ficando a disposição dos interessados para exame.

8.2 O critério de julgamento das propostas será objetivo, conforme os critérios estabelecidos neste ato convocatório, sendo considerada vencedora a proposta que consignar ao final da etapa de lances o **MENOR PREÇO GLOBAL** para execução dos serviços.

8.3 Os erros e omissões havidos nas cotações de preço serão de inteira responsabilidade do proponente, não lhe cabendo, em caso de erro para menos, eximir-se da execução do objeto.

8.4 Serão classificadas para a fase de lances verbais a proposta de menor preço e aquelas que não excedam a 15% (quinze por cento) de seu valor.

8.5 Somente se não forem classificadas, três propostas na forma definida no item anterior, é que será permitida a classificação das duas melhores propostas de preço subseqüentes, sempre que atendam as demais condições definidas no instrumento convocatório.

8.6 A classificação de apenas duas propostas escritas de preço não inviabilizará a realização da fase de lances verbais.

8.7 As propostas que, em razão dos critérios definidos nos itens anteriores, não integrarem a lista de classificadas para a fase de lances verbais, serão consideradas desclassificadas do certame.

8.8 Da desclassificação da proposta somente caberá pedido de reconsideração à própria Comissão Permanente de Licitações, com a justificativa de suas razões, a ser apresentado, de imediato, oralmente ou por escrito, na mesma sessão pública em que vier a ser proferida.

8.9 A Comissão Permanente de Licitações analisará e decidirá de imediato o pedido de reconsideração, sendo-lhe facultado, para tanto, suspender a sessão pública.

8.10 Da decisão da Comissão Permanente de Licitações relativa ao pedido de reconsideração não caberá recurso.

8.11 Realizada a classificação das propostas escritas pela Comissão Permanente de Licitações, terá início a fase de apresentação de lances verbais, observando-se o seguinte:

8.12 O pregoeiro fará uma rodada de lances, convidando o autor da proposta escrita de maior preço classificada a fazer o seu lance e, em seguida, os demais classificados na ordem decrescente de preço;

8.13 Havendo lance, o pregoeiro realizará uma nova rodada, começando pelo autor que, no momento, estiver com a proposta de maior preço, e, assim, sucessivamente, até que, numa rodada completa, não haja mais lance e se obtenha, em definitivo, o menor preço;

8.14 Somente serão considerados os lances inferiores ao último menor preço obtido;

8.15 O licitante que não apresentar lance numa rodada não ficará impedido de participar de nova rodada, caso ocorra;

8.16 Não havendo lances verbais na primeira rodada, serão consideradas as propostas escritas de preço classificadas para esta fase.

8.17 O pregoeiro, após declarar encerrada a fase de lances verbais, ordenará os lances em ordem crescente de preço.

8.18 Em todos os casos, será facultado ao pregoeiro negociar diretamente com as licitantes em busca de preço menor.

8.19 O Pregoeiro, objetivando a otimização da etapa de lances verbais, poderá estabelecer a cada rodada, valor mínimo de lance.

8.20 Se o licitante classificado em primeiro lugar for inabilitado, proceder-se-á a abertura do envelope de habilitação do licitante classificado em segundo lugar. Caso não ocorra a habilitação do licitante classificado em segundo lugar, o Pregoeiro prosseguirá na abertura do Envelope “2” dos seguintes classificados, observando o mesmo procedimento deste item.

8.21 Encontrados os novos valores, a licitante vencedora deverá apresentar nova planilha para apresentação dos preços finais revisados.

8.22 Caso haja problemas com a aproximação dos valores na planilha final, a licitante deverá apresentar o menor valor possível em aproximação ao valor adjudicado.

8.23 A segunda fase consistirá na abertura do envelope nº 02, contendo a habilitação do licitante vencedor.

9. DO RECURSO

9.1 Da decisão que declarar a licitante vencedora caberá recurso fundamentado, dirigido à Diretoria Executiva do SEBRAE/PI, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações, por escrito e protocolado no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da decisão.

9.2 A licitante que puder vir a ter sua situação efetivamente prejudicada em razão de recurso interposto poderá sobre ele se manifestar no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da comunicação da interposição do recurso.

9.3 O recurso terá efeito suspensivo.

9.4 Não será conhecido recurso interposto fora do prazo estabelecido.

9.5 Os recursos serão julgados pela Diretoria Executiva do SEBRAE/PI ou por quem esta delegar competência, no prazo máximo de até 10(dez) dias úteis, contados da data final para manifestação da licitante que puder ter sua situação efetivamente prejudicada em razão de recurso interposto.

9.6 O provimento de recursos pela autoridade competente somente invalidará os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10. DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO

O Pregoeiro e a Comissão Permanente de Licitações, após o encerramento da sessão, se houver renúncia ao direito de recurso, ou após o julgamento do(s) mesmo(s), caso sejam interpostos, ou após o decurso do prazo para interposição de recurso, encaminharão os autos à Diretoria Executiva do SEBRAE/PI, para que concordando com o pleito, homologue-o.

11. DA FORMALIZAÇÃO

As obrigações desta licitação serão formalizadas através de CONTRATO, conforme minuta constante do ANEXO II. Para a assinatura do Contrato, a licitante vencedora deverá comparecer ao escritório do SEBRAE/PI em até 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação. Não sendo assinado o contrato nos prazos estabelecidos acima, ficará a licitante sujeita às penalidades previstas neste edital, podendo o SEBRAE/PI convocar as

licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou cancelar a licitação. Para convocação das licitantes remanescentes será realizada nova sessão do certame.

12. DAS PENALIDADES

- 12.1 A prática de ilícitos em quaisquer das fases do procedimento licitatório, implicará na desclassificação da licitante e na aplicação das penalidades estipuladas em lei.
- 12.2 Até a assinatura do Contrato, a licitante vencedora poderá ser desclassificada, se o SEBRAE/PI tomar conhecimento de fato, superveniente ou não, desabonador à sua habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, não apreciado pela Comissão Permanente de Licitações.
- 12.3 A desclassificação em razão do previsto nos itens 12.1 e 12.2 implicará na suspensão do direito de licitar ou contratar com o Sistema SEBRAE, por prazo não superior a dois anos.
- 12.4 A desistência formulada por qualquer das licitantes, após a abertura das propostas, sujeitará a desistente ao pagamento de multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da licitação.
- 12.5 Após a fase de julgamento das propostas, não caberá desistência.
- 12.6 A recusa injustificada em assinar o Contrato, dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e poderá acarretar ao licitante as seguintes penalidades:
- 12.7 Perda do direito à contratação;
- 12.8 Multa de 10% sobre o valor da proposta escrita;
- 12.9 Suspensão do direito de licitar ou contratar com o Sistema SEBRAE, por prazo não superior a dois anos.
- 12.10 As licitantes remanescentes convocadas que se recusarem a assinar o contrato não incorrerão nas sanções previstas neste edital
- 12.11 Para aplicação das penalidades aqui previstas, a licitante será notificada para apresentação de sua defesa, no prazo de cinco dias úteis, contados da notificação.

13. DA PARTICIPAÇÃO DAS MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 13.1 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que desejarem obter benefícios da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e fizerem jus aos benefícios, deverão apresentar, anexada a proposta, a declaração constante do Anexo IV.
- 13.2 As M.E./E.P.P não estão desobrigadas da apresentação de nenhum documento de habilitação fiscal constante deste edital. Entretanto, qualquer irregularidade documental, referente exclusivamente à regularidade fiscal, poderá ser corrigida no prazo de até 02 (dois) dias úteis, que poderão ser prorrogados, por mais 2 (dois) dias úteis, contados do ato de declaração da vencedora do certame, sob pena da perda do direito à contratação, sem prejuízo da possível aplicação da penalidade consistente na suspensão do direito de licitar ou contratar com o Sistema SEBRAE pelo prazo de até 02 (dois) anos.

- 13.3 Ausência de documento no envelope de habilitação caracterizará irregularidade documental, fato que acarretará na imediata inabilitação da licitante.
- 13.4 Ocorrendo qualquer das hipóteses anteriores, poderá o Órgão de Julgamento convocar as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, ou, ainda, revogar a licitação.
- 13.5 Para assegurar a aplicação do disposto no subitem anterior, o Órgão de Julgamento poderá reter os envelopes contendo os documentos de habilitação dos licitantes até que a contratação se efetive.
- 13.6 Na presente licitação, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as M.E./E.P.P.
- 13.7 Entende-se por empate a situação em que as propostas apresentadas pela M.E./E.P.P sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de menor preço.
- 13.8 Neste caso, a M.E./E.P.P mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame. Para tanto, o representante credenciado da M.E./E.P.P será convidado, pela CPL, a fazê-lo no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 13.9 Ocorrendo a preclusão prevista do subitem anterior, o Presidente da CPL convocará os licitantes remanescentes que porventura se enquadrarem na hipótese de empate aqui prevista, observada a ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.
- 13.10 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas M.E./E.P.P que se encontrem dentro do percentual de empate ora tratado, será feito sorteio público entre elas para que seja identificada aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta. O disposto nos subitens anteriores, acerca do empate e seus critérios para desempate, somente se processará quando a licitante do menor valor não for M.E./E.P.P.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1 O SEBRAE/PI não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste edital obtidas através de terceiros.
- 14.2 Ao SEBRAE/PI fica reservado o direito de adiar ou suspender os procedimentos licitatórios, dando conhecimento aos interessados.
- 14.3 O SEBRAE/PI poderá, até o momento da assinatura do Contrato, cancelar a licitação ou desistir da contratação do objeto proposto, no seu todo ou em parte, desde que justificado, sem que caiba qualquer direito de indenização às licitantes.
- 14.4 Todos os envelopes não abertos pela Comissão Permanente de Licitações serão devolvidos às licitantes, mediante recibo, após concluído todo o processo licitatório.
- 14.5 É facultada à Comissão Permanente de Licitações do SEBRAE/PI ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, caso em que poderão ser suspensos os procedimentos licitatórios até a realização da diligência, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar originariamente da documentação para habilitação e proposta.
- 14.6 A Comissão Permanente de Licitações poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do SEBRAE/PI ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar suas decisões.

14.7 O foro de Teresina, Estado do Piauí, é competente para conhecer e julgar as questões decorrentes da presente licitação.

14.8 Integram e complementam este edital os seguintes anexos:

- I – TERMO DE REFERÊNCIA
- II – MINUTA DE CONTRATO
- III – TERMO DE DECLARAÇÃO
- IV – DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.
- V- RECIBO
- VI- DADOS PARA POSSÍVEL ELABORAÇÃO DE CONTRATO.

Teresina, 04 de setembro de 2015

MANOEL RIBEIRO SOARES NETO
Pregoeiro do SEBRAE/PI

TERMO DE REFERÊNCIA

Referente: Contratação de vigilância desarmada para Eventos

Área demandante: Unidade de Marketing e Comunicações SEBRAE/PI

1. INFORMAÇÕES DOS EVENTOS

1.1- Semana de Capacitação do Movimento Compre do Pequeno Negócio

- a) Data – o evento será realizado 21 a 26 de setembro;
- b) Local – Será realizado nas cidades de Teresina, Parnaíba, Bom Jesus, Floriano, Piri-piri, Canto do buriti, Picos;
 - b.1) TERESINA - Praça Rio Branco – centro; Praça Cultural do Dirceu I; Praça da Integração – Parque Piauí
 - b.2) PARNAÍBA - Praça Nossa Senhora da Graça – Centro
 - b.3) BOM JESUS – Praça Marco Aurélio – Centro
 - b.4) FLORIANO – Praça Coronel Borges – Centro
 - b.5) PIRIPIRI – Avenida Thomaz Rebelo – Canteiro Central da Igreja
 - b.6) CANTO DO BURITI – Praça central
 - b.7) PICOS – Não Definido

a. EVENTO MERCADO PRODUTOR

- a) TERESINA – Estacionamento Ponte Estaiada

2. OBJETO

Contratação de prestação de serviços de vigilância e segurança desarmada para as feiras já indicadas sendo de postos 24 horas, segregados entre os seguintes locais:

Cidades	Periodo	LOCAIS	Postos 24h
Teresina	17 a 26 de SETEMBRO	Praça Rio Branco - Centro Praça Cultural do Dirceu I – Dirceu I Praça da Integração – Parque Piauí	3 2 2
Parnaíba:	17 a 26 de SETEMBRO	Praça Nossa Senhora da Graça – Centro	2
Bom Jesus:	17 a 26 de SETEMBRO	Praça Marcos Aurélio – Centro	1
Floriano	17 a 26 de SETEMBRO	Praça Coronel Borges - Centro	1
Piri-piri	17 a 26 de SETEMBRO	Avenida Thomaz Rebelo – Canteiro central da igreja	1
Canto do Buriti	17 a 26 de SETEMBRO	Praça Central	1
Picos	17 a 26 de SETEMBRO	Ainda indefinido. Estavam previstos dois pontos, mas os locais não foram definidos.	2
MERCADO PRODUTOR	1 a 5 de outubro	Estacionamento Ponte Estaiada	3
TOTAL			18

3. JUSTIFICATIVA

O Movimento Compre do Pequeno Negócio, iniciativa liderada pelo Sebrae, busca estimular a população a adquirir produtos e serviços fornecidos por micro e pequenas empresas. O ápice desse evento acontecerá no dia 5 de outubro.

Com o objetivo de preparar os proprietários de pequenos negócios especialmente para esse dia 5 de outubro, com palestras, consultorias e orientações sobre controle de custos e atendimento ao cliente, o Sebrae e parceiros vão realizar uma semana de capacitação em todo o país, no período de 21 a 26 de setembro.

No Piauí, o Sebrae fará esse atendimento em estruturas montadas nas cidades de Teresina, Parnaíba, Picos, Floriano, Piripiri, São Raimundo Nonato e Bom Jesus.

Com objetivo de preservar o patrimônio da instituição, dos equipamentos e das estruturas que serão montadas, além da segurança dos colaboradores envolvidos nesta importante ação, será necessária a contratação de serviços de limpeza e segurança em todos os pontos de atendimento e durante todo o período da Semana de Capacitação - Movimento Compre do Pequeno Negócio e do Mercado Produtor.

Tendo em vista a necessária e indispensável Segurança Patrimonial nas localizações especificadas no item 1, a fim de coibir ações de vandalismo que venham a acarretar danos ao patrimônio mobiliário e imobiliário, além de proporcionar segurança aos clientes e colaboradores do SEBRAE/PI.

3.1 CRONOGRAMA/DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1.1 Os serviços serão executados conforme discriminação abaixo:

CARGO	DATA	JORNADA	QUANTIDADE
Vigilância Patrimonial Noturno	17/09 a 26/09	17h as 5h - 12x36	18
Vigilância Patrimonial Diurno	17/09 a 26/09	5h as 17h - 12x36	18
TOTAL			36

3.2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços a serem executados consistirão basicamente nos itens abaixo

- 3.2.1** Prestação dos serviços de vigilância, nos Postos fixados pela contratante, envolve a alocação, pelo contratado, de mão-de-obra capacitada para:
- 3.2.1.1.** Comunicar imediatamente à contratante, bem como ao responsável pelos eventos, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
 - 3.2.1.2.** Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do local sob sua responsabilidade, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida do preposto da contratante, bem como as que entender oportunas;
 - 3.2.1.3.** Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;
 - 3.2.1.4.** Manter os vigilantes nos locais dos eventos, não devendo se afastarem de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;particulares na área internada instalação, mantendo sempre os portões fechados;

- 3.2.1.5.** Repassar para os vigilantes que estão assumindo os Postos, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações;
 - 3.2.1.6.** Colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da contratante, facilitando, no possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
 - 3.2.1.7.** Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela contratante ou responsável pela instalação;
 - 3.2.1.8.** Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto aos eventos e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;
 - 3.2.1.9.** Registrar e controlar diariamente a frequência e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências no evento em que estiver prestando seus serviços
 - 3.2.1.10.** Executar as rondas diárias conforme a orientação recebida do preposto da contratante, verificando todas as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessárias para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranqüilidade nas instalações;
 - 3.2.1.11.** Assumir diariamente sua posição nos eventos, devidamente uniformizado, barbeado, cabelos aparados, limpos e com aparência pessoal adequada;
- 3.2.2.** A programação dos serviços será feita periodicamente por preposto da contratante e deverão ser cumpridos pelo contratado com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, e também dos funcionários e das pessoas em geral que se façam presentes.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 4.1.** Comprovar a formação técnica específica da mão-de-obra oferecida, através de Certificado de Curso de Formação de Vigilantes, expedidos por Instituições devidamente habilitadas e reconhecidas;
- 4.2.** Implantar, imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, a mão-de-obra nos respectivos Postos relacionados e nos horários fixados na escala de serviço elaborada pela Contratante, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir o contrato conforme o estabelecido;
- 4.3.** Prever toda a mão-de-obra necessária para garantir a operação na Feira do Empreendedor de Parnaíba/PI, nos regimes contratados, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente;

- 4.4. Efetuar a reposição da mão-de-obra nos eventos, em caráter imediato, em eventual ausência, **não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra)**;
- 4.5. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pela Contratante, bem como impedir que a mão-de-obra que cometa falta disciplinar, de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações da mesma;
- 4.6. Atender de imediato às solicitações quanto a substituições da mão-de-obra, qualificada ou entendida como inadequada para a prestação dos serviços;
- 4.7. Instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1 Proporcionar todas as condições para que a contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato do Edital e seus anexos especialmente do Termo de Referência;
- 5.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.3 Comunicar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão / servidor especialmente designado;
- 5.5 Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 5.6 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

6. DA VIGÊNCIA

- 6.1 A vigência do contrato será da data da assinatura do contrato ao término do pagamento.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado em parcela única, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a finalização do serviço, em conta corrente de titularidade da Contratada, após entrega da documentação fiscal e de suporte ao fiscal do contrato, conforme discriminação:

- a) Nota fiscal de prestação de serviços;
- b) Recibo;
- c) Certificado de Regularidade Fiscal com o FGTS;
- d) Certidão Negativa de Débito (CND) do INSS;
- e) Se for microempresa, apresentar 02(duas) vias da declaração de enquadramento no Sistema Simples Nacional, devidamente assinadas.

7.2. A Nota Fiscal deverá ser entregue ao contratante com data de acordo com o calendário informado pela instituição;

7.3. O Contratante reserva-se o direito de não efetuar o pagamento, se por ocasião da apresentação da Nota Fiscal, os serviços não estiverem de acordo com as condições compactuadas;

8. DAS SANÇÕES

8.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

8.1.1. A multa ora prevista não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas em Lei;

8.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Sistema SEBRAE, enquanto durarem os fatos de impedimento, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Contrato a ser firmado será fiscalizado pelos colaboradores:

a) Gestor: Maria das Graças de Sousa Batista

b) Fiscal: Renato Ferreira Paz Filho

9.2. São Obrigações do Gestor do Contrato:

a) Providenciar condições para comprovação do cumprimento das obrigações contratuais pela contratada;

b) Conferir Notas Fiscais e Documentação de suporte aos pagamentos;

c) Atestar Notas Fiscais;

d) Notificar a Contratada, por escrito, sobre falhas, não conformidades constatadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

e) Lançar no Corpore RM NUCLEUS as Notas Fiscais para pagamento.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 Os recursos orçamentários para acobertar as despesas decorrentes do contrato que será firmado, serão provenientes do orçamento do SEBRAE/PI 2015.

11. CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo da contratação está estimado em R\$ 119.149,58 (cento e dezenove mil e cento e quarenta e nove reais e cinquenta e oito centavos).

Teresina/PI, 04 de setembro de 2015

MARIA DAS GRAÇAS DE SOUSA BATISTA

RENATO FERREIRA PAZ FILHO

Gerente da Unidade de Marketing e Comunicações
Gestor do Contrato

Assesor Direx
Fiscal do Contrato

**PROCESSO CPL SEBRAE/PI Nº 24/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015 – SEBRAE/PI
ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO**

CD XXX/2015

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO DE APOIO ÀS
MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ-
SEBRAE/PI E A EMPRESA XXXXXXXXX.**

Por este bastante instrumento Particular, o **SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ - SEBRAE/PI**, entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob a forma de serviço social autônomo, regida pela Lei Nº 8.029, de 12 de abril de 1990, com sede e foro na cidade de Teresina, Capital do Estado do Piauí, à Avenida Campos Sales, 1046, Centro, CEP 64000-300, inscrito no CNPJ/MF sob nº 06.665.129/0001-03, neste ato representado por seus Diretores Superintendente e Administrativo Financeiro respectivamente, **MÁRIO JOSÉ LACERDA DE MELO**, brasileiro, casado, Advogado, portador da Cédula de Identidade nº 3.728.608 expedida pela SSP/PE e inscrito no CPF/MF sob nº 666.542.704-87 e **ULYSSES GONÇALVES NUNES DE MORAES**, brasileiro, casado, Empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 217.308.813-00 e portador da Cédula de Identidade nº 511.177, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, com sede na cidade de XXXXX/XX, na XXXXXXXXXXXX, Bairro XXXXXXXXXXXX, CEP XXXXX-XXX, inscrito no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXX, neste ato representado por **XXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de XXXXXXXXXXX/XX, na Rua XXXXXXXXXXX, XXXX, Bairro XXXXXXXXXXX, CEP 64.XXX-XXX, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX e portador da Cédula de Identidade nº XXXX, expedida pela SSP/XX, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem de comum acordo celebrar o presente contrato, mediante as disposições contidas nas cláusulas e condições a seguir:

DO FUNDAMENTO LEGAL

A presente contratação decorre do PROCESSO CPL SEBRAE/PI nº 24/2015 – PREGÃO PRESENCIAL nº 16/2015 – SEBRAE/PI elaborado com base no Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE, aprovado pela Resolução CDN nº 213/2011 de 18 de maio de 2011, que integram este Contrato, que as partes declaram conhecer e aceitar.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de vigilância e segurança desarmada, postos 24 horas, para os eventos **Semana de Capacitação do Movimento Compre do Pequeno Negócio e Mercado do Produtor**, a realizar-se nas datas e endereços abaixo:

CIDADES	PERIODO	LOCAIS	QUANT
Teresina	20 a 26 de SETEMBRO	Praça Rio Branco – Centro	3
		Praça Cultural do Dirceu I – Dirceu I	2
		Praça da Integração – Parque Piauí	2
Parnaíba:	20 a 26 de setembro	Praça Nossa Senhora da Graça – Centro	2
Bom Jesus:	20 a 26 de setembro	Praça Marcos Aurélio – Centro	1
Florianópolis	20 a 26 de setembro	Praça Coronel Borges – Centro	1
Piripiri	20 a 26 de setembro	Av. Thomaz Rebelo – Canteiro Central da Igreja	1
Canto do Buriti	20 a 26 de setembro	Praça Central	1
Picos	20 a 26 de setembro	A indicar	2

Mercado Produtor	De 03 a 05 de outubro	Estacionamento Ponte Estaiada	3
TOTAL			18

CÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O valor total dos serviços prestados pela **CONTRATADA** é de R\$ xxxxxxxx (xxxxxxx), distribuído da seguinte forma:

1- Semana de Capacitação do Movimento Compre do Pequeno Negócio:

LOCAL	POSTO 24 HORAS	VALOR UNITÁRIO (R)	VALOR TOTAL (R\$)
Teresina	07	XX.XX	XX.XX
Parnaíba	02	XX.XX	XX.XX
Bom Jesus	01	XX.XX	XX.XX
Floriano	01	XX.XX	XX.XX
Piripiri	01	XX.XX	XX.XX
Cto. Do Buruiiti	01	XX.XX	XX.XX
Picos	02	XX.XX	XX.XX
TOTAL 1	15	XX.XX	XX.XX

2 - Evento Marca do Produtor

LOCAL	QUANT	VALOR UNITÁRIO (R)	VALOR TOTAL (R\$)
Teresina - Ponte Estaiada	03	XX.XX	XX.XX
Total 1 + 2	18	XX.XX	XX.XX

Parágrafo Primeiro – O pagamento será efetuado em parcela única no prazo máximo de 10(dez) dias após a apresentação dos documentos hábeis à liquidação da despesa e o aceite do fiscal do contrato no **SEBRAE/PI**.

Parágrafo Segundo – As despesas com a execução do presente Contrato correrão por conta do orçamento 2015 do **SEBRAE/PI**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

I - São obrigações do CONTRATANTE:

- Orientar os postos de trabalho e atuação;
- Acompanhar a execução dos serviços;
- Realizar treinamentos para equipe contratada, no tocante ao desenvolvimento de cada grupo de atividades;
- Solicitar a substituição imediata dos empregados que não estejam de acordo com as determinações deste termo;
- Exercer a fiscalização do contrato;
- Realizar pagamento após conferência e atesto do cumprimento do serviço prestado.

II – São Obrigações da CONTRATADA:

- Prover de serviços os eventos durante a vigência do contrato, nos dias, local e

- horários previstos neste termo;
- b) Monitorar as equipes contratadas no desenvolvimento das atividades, em suas rotinas, postura profissional e horário de trabalho;
 - c) Ressarcir no prazo máximo de 24 horas quaisquer prejuízos, inclusive dos expositores, ocasionados por falha de seus empregados;
 - d) Manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação exigidas para a contratação;
 - e) Arcar a suas expensas com todos os impostos, encargos sociais e trabalhistas, tributos e taxas relacionados com os serviços objeto desta contratação;
 - f)** Acatar nos termos do Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema Sebrae com eventuais acréscimos até o limite de 25% do quantitativo original desta contratação;
 - g) Manter durante todo o evento um coordenador para atender a fiscalização do SEBRAE/PI;
 - h) Efetuar o pagamento da equipe contratada pelos serviços efetivamente prestados;
 - i) Responsabilizar-se integralmente pelas despesas de alimentação e transporte da equipe contratada;
 - j) Participar com a equipe contratada de eventuais treinamentos realizados pelo SEBRAE/PI no tocante ao desenvolvimento de cada grupo de atividades.

CLÁUSULA QUARTA – DOS ENCARGOS

A **CONTRATADA** fica totalmente responsável pelo pessoal que utilizar na execução dos serviços contratados e que a ele estiverem subordinados e vinculados empregaticamente ou não, inclusive no que diz respeito aos direitos trabalhistas, sociais, previdenciários e ainda pelo cumprimento das legislações tributária e fiscal aplicáveis ao objeto do Contrato

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

Na vigência do presente Contrato, o seu gerenciamento, fiscalização, acompanhamento informações e contatos a ele referentes, serão realizados da seguinte forma:

Gestor: Maria das Graças de Sousa Batista;

Fiscal: Renato Ferreira Paz Filho.

- a) Providenciar condições para comprovação do cumprimento das obrigações contratuais pela contratada;
- b) Conferir Notas Fiscais e documentação de suporte aos pagamentos;
- c) Atestar as Notas Fiscais;
- d) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre falhas, não conformidades constatadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- e) Lançar no Corpore RM NUCLEUS as Notas Fiscais para o pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente contrato será de XX(XXXXX) meses, iniciando-se em xx de xxxx de 2015 e terminando em xx de xxx de 20XX, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo nos termos do Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema Sebrae.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Fica vedada à **CONTRATADA** a subcontratação dos serviços ora pactuados, sem a prévia anuência do **SEBRAE/PI**, sob qualquer alegação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

A inexecução total ou parcial injustificada, a execução deficiente, irregular ou inadequada do objeto deste contrato, assim como o descumprimento dos prazos e condições estipulados, implicará na aplicação das penalidades abaixo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor do contrato, por inadimplência;
- c) Multa de 1% (um por cento) incidente sobre o valor do contrato, por dia, limitado a 10 (dez) dias, no caso de atraso na prestação de serviço, não ultrapassando 10% (dez por cento);
- d) Pela rescisão do contrato por iniciativa da **CONTRATADA** sem justa causa, 10% (dez por cento) incidentes sobre o valor total atualizado da verba estimada do contrato, sem prejuízos do pagamento de outras multas que lhes tenham sido aplicadas e de responder por perdas e danos que a rescisão ocasionar ao **SEBRAE/PI**;
- e) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Sistema SEBRAE, por prazo de até dois anos.

Parágrafo Primeiro - As multas serão descontadas dos pagamentos a que a **CONTRATADA** fizer jus, ou recolhidas diretamente à tesouraria do **SEBRAE/PI**, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

Parágrafo Segundo - Para a aplicação das penalidades aqui previstas, a **CONTRATADA** será notificada para apresentação de defesa prévia, no prazo de cinco dias úteis, contados a partir da notificação.

Parágrafo Terceiro - As penalidades previstas neste contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA NONA – DA MODIFICAÇÃO, RESCISÃO E EXTINÇÃO

Este contrato poderá ser modificado mediante Termo Aditivo, ser rescindido pelo inadimplemento de suas Cláusulas ou normas legais ou administrativas que o torne material ou formalmente inexigível e, ainda, por mútuo consentimento das partes, desde que tenha notificado, por escrito, a outra com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

As partes elegem o foro da comarca de Teresina, Estado do Piauí, para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas na execução do presente contrato e renunciaram, expressamente, quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam.

Assim, estando justos e acordados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas abaixo, para que produza seus efeitos legais e de direito.

Teresina (PI), xx de xxxxxxxxxxxx de 2015.

PELO CONTRATANTE:

MÁRIO JOSE LACERDA DE MELO
Diretor Superintendente

ULYSSESGONÇALVESNUNESDE MOREAS
Diretor Administrativo Financeiro

PELA CONTRATADA:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS:

1. _____
CPF/MF:

2. _____
CPF/MF:

**PROCESSO CPL SEBRAE/PI Nº 24/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015 – SEBRAE/PI
ANEXO III – TERMO DE DECLARAÇÃO**

AO PREGOEIRO DO SEBRAE/PI
SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO PIAUÍ

A Empresa [RAZÃO SOCIAL] com sede na cidade de [ENDEREÇO], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], manifesta interesse na prestação dos serviços objeto do presente PREGÃO e declaramos, sob as penas da Lei, que:

- a) Recebemos todos os elementos e informações para cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- b) Examinamos cuidadosamente o edital de Pregão e seus ANEXOS, estamos cientes e aceitamos todas as suas condições e a elas desde já nos submetemos;
- c) Inexiste participação de ex-dirigente ou ex-empregado de quaisquer das entidades do SEBRAE/PI vinculadas, até 180 (cento e oitenta) dias da data da respectiva demissão, seja em sua composição societária, seja como seu prestador de serviço, formalizado ou não.
- d) Inexiste superveniência de fato impeditivo à sua habilitação nesta licitação.
- e) Em cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.
- f) Cumpre fielmente os requisitos de habilitação desta licitação.

Teresina, ____ de _____ de 2015

Assinatura do Representante Legal da Empresa Licitante e Nome legível

PROCESSO CPL SEBRAE/PI Nº 24/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015 – SEBRAE/PI
ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

[nome da empresa], [qualificação: tipo de sociedade [Ltda, S.A, etc.], [endereço completo], inscrita no CNPJ sob o n.º [CNPJ], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxx], inscrito no CPF sob o n.º [xxxx], **DECLARA**, sob as penalidades da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006.

Local e Data

Nome e Assinatura do Representante Legal

**PROCESSO CPL SEBRAE/PI Nº 24/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015 – SEBRAE/PI
ANEXO – V - RECIBO DE LICITAÇÃO**

Visando comunicação futura entre o SEBRAE/PI – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Piauí e as empresas interessada neste certame, solicitamos de Vossa Senhoria, preencher o recibo de entrega do edital e remeter à CPL do SEBRAE/PI através de pelo menos uma das seguintes formas:

- 1 Via e-mail endereçado ao endereço: pi-licitacao@pi.sebrae.com.br
- 2 Via fax no número (86) 3216-1349;
- 3 Em mídia impressa mediante entrega direta a CPL

OBS: A não remessa do recibo exime a CPL do SEBRAE/PI da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como quaisquer informações adicionais que também serão publicadas no site: www.pi.sebrae.com.br.

DADOS DA EMPRESA	
EMPRESA:	
CNPJ N.º	
ENDEREÇO:	
CIDADE	UF:
TELEFONE	FAX
CANAIS DE COMUNICAÇÃO SOBRE O PREGÃO 16/2015 – SEBRAE/PI	
NOME DO CONTATO:	
E-MAIL:	
TELEFONE/RAMAL	
Declaro ter recebido cópia integral do Edital e anexo do PREGÃO 16/2015 – SEBRAE/PI	
NOME/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DO EDITAL	
OBS: assinatura exigível apenas quando da entrega via fax ou em mídia impressa.	

**PROCESSO CPL SEBRAE/PI Nº24/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº16/2015 – SEBRAE/PI
ANEXO VI – DADOS PARA POSSÍVEL ELABORAÇÃO DE CONTRATO**

1. RAZÃO SOCIAL:

2. CNPJ:

3. ENDEREÇO:

- a) Logradouro (rua, av. etc):
- b) Cidade/Estado
- c) CEP.
- d) Telefone com DDD.

4. REPRESENTANTE LEGAL:

- a) Nome completo:
- b) RG com órgão expedidor:
- c) CPF:
- d) Estado Civil:
- e) Endereço completo: (cidade, rua/avenida, número, bairro e CEP):
- f) Cargo na empresa (diretor, gerente, procurador, sócio, etc):
- g) Email:
- h) Telefone fixo com DDD
- i) Telefone Celular com DDD

5. ORIENTAÇÕES GERAIS:

- a) Anexar ao envelope Documentações;
- b) Preencher todos os campos;
- c) Caso exista mais de um representante legal reproduzir os mesmos campos.
- d) Em caso de adjudicação, a licitante poderá alterar os dados, mediante apresentação do formulário com as informações do representante substituto, desde que acompanhadas do documento cabível (procuração, aditivo contratual etc).

6. AUTORIZAÇÃO

Autorizamos o SEBRAE/PI a emitir o contrato referente a presente licitação com base nos dados acima. Declaramos inteira responsabilidade pelas informações.

Teresina, ___ de _____ de 2015.

NOME
ASSINATURA